

A construção política e social do Brasil e as consequências para o Desenvolvimento Urbano

Osmar Faustino de Oliveira

Mestrando em Desenvolvimento Urbano - UFPE;

Especialista em Mercado de Capitais - UFRN

Graduado em Economia – UFRN.

A construção política e social do Brasil teve início com a colonização do país pelos europeus. Segundo Holanda (2006) a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências e que traz de países distantes nossas formas de convívio, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Bastante interessante essas suas palavras, pois resume o Brasil. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios, Portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários. O prestígio social, independente do nome herdado, manteve-se. O Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na metrópole.

Em relação a transição para o trabalho industrial apresenta uma nova sociedade moderna, que se opõe a velha ordem familiar. Em que a democracia é um sistema complexo de preceitos, que foi trazida as terras tropicais sem pensar nas modificações que seriam impostas a sociedade. Pode-se notar que uma classe dominante a importou e tratou de moldá-la em razão dos seus interesses. Assim a democracia se incorporou ao cenário nacional, ao menos como fachada ou decoração externa.

Segundo Holanda (2006) o Brasil se adaptou regime legitimamente democrático e que isso só seria efetivamente possível quando conseguisse se livrar dos fundamentos personalistas e aristocráticos oligárquicos que ainda assenta a vida social. O pensamento liberal-democrático está em contraste com qualquer forma de convívio baseada nos valores cordiais. Todo afeto entre os homens funda-se em preferências. A unilateralidade entra em oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. O autor pensa que os acontecimentos na América Latina se orientam para a ruptura do predomínio das oligarquias, com o emergência das novas camadas mais oprimidos, para “finalmente [ter] revogada a velha ordem colonial e patriarcal” (p.180).

Prado Júnior (2006) retoma a discussão da colonização brasileira que é associada ao novo momento vivido pelo despertar do capital mercantil na Europa. A extração de matéria-prima do solo colonial atendia as necessidades comerciais europeias. O “descobrimento” da América pelos europeus e a conquista de colônias na Ásia inauguraram um novo momento histórico: o Antigo Sistema Colonial. Por “sistema colonial”, o autor está se referindo a um sistema pré-capitalista de produção, onde há um Estado forte e centralizador que atende aos interesses da burguesia mercantil local e a colônia de exploração que fornece as matérias-primas necessárias aos interesses comerciais da metrópole. Caio Prado Júnior ao se referir ao sistema econômico colonial se refere a um sistema próprio que, apesar de ligado ao capitalismo, é independente dele, trata-se de um sistema que cria as bases para o sistema capitalista emergente, é por tanto, um modo de produção independente do capitalismo.

“Nestas condições, ‘colonizar’ ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais” (PRADO JÚNIOR 2006, p. 16).

Esta afirmação é de comum acordo com a de Celso Furtado em Formação Econômica do Brasil de que a ocupação da colônia atendia a uma necessidade expansionista do capital comercial europeu. A decadência da exploração de matéria-prima, principalmente no que se refere ao Pau-Brasil, foi rápida e teve como principal motivo o esgotamento das reservas naturais. Caio Prado Júnior descreve as características da ocupação do território, que ocorre a partir do litoral. O interior continua hostil e economicamente desinteressante. A economia passa a ser ligada às plantações de açúcar, produto com grande mercado na Europa, e a agricultura de subsistência. Surgem, assim, as primeiras aristocracias oligárquicas regionais do país. O que o autor não relata é que boa parte do capital ali investido viera dos Países Baixos.

Segundo Celso Furtado, “existem indícios abundantes de que os capitais holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava” (FURTADO, 2007, p. 34).

Com a descoberta das minas gerais, iniciam-se modificações na economia brasileira, pois há transferência de parte da mão-de-obra das plantações de açúcar para as jazidas. O eixo econômico colonial é transferido do nordeste para a região da mineração. Nas minas existiam dois tipos de trabalhadores: os das lavras, mão-de-obra escrava, e os faiscadores, livres e autônomos. Os escravos em sua maioria eram deslocados dos engenhos, atendendo a necessidade de exploração das jazidas.

Existia-se uma relação de acordo com Furtado (2007) descreveu que a segunda metade do século XIX até o final do Império se caracterizará pela aurora burguesa. A grande transformação se dará na revolução da distribuição das atividades produtivas. O renascimento agrícola será impulsionado pela Abertura dos Portos e da emancipação política. A crise do açúcar leva a decadência da força política do norte e nordeste. O Sudeste é favorecido com a cultura do café, artigo que encontra grande mercado na Europa.

Jessé Souza (2015) traz as questões políticas do Brasil em que este, seria uma sociedade “pré-moderna”, porque reproduz a forma “patrimonialista” de exercício do poder que vigorava em Portugal. Como Faoro procura demonstrar nas várias centenas de páginas de seu livro, precisamente, a correção histórica e sociológica de seu argumento, e é no embate com suas ideias que poderemos perceber a fragilidade teórica dessas ideias “teleológicas”, ou seja, construídas para validar uma única tese política: a ação intrinsecamente demoníaca do Estado contraposta à ação intrinsecamente virtuosa do mercado. Essa é a ideia-força fundamental do liberalismo brasileiro por boas razões, afinal, nas poucas vezes em que se verificou historicamente qualquer preocupação política com as demandas das classes populares, estas sempre partiram do Estado.

Souza (2015) também relata que a “nova classe média” vem sendo percebida como o fenômeno social, econômico e político brasileiro mais importante da última década. Mas a forma peculiar como este fenômeno é percebido varia muito. As classes populares brasileiras não sabem “votar”, pois não conseguem ter uma compreensão racional de seus interesses, sendo, portanto, presa fácil do estatismo e do populismo. A “inteligência brasileira”, que se tornou hegemônica no último século. Ela se subdivide em duas tradições de pensamento, que denominamos de “culturalista conservadora” e de “economicista”, cada qual com um déficit de capacidade de explicação específico.

No primeiro caso, o Brasil é percebido como uma espécie de “planeta verde-amarelo” cuja particularidade seria tendencialmente absoluta e única no globo. Na verdade, esse processo resulta do mecanismo de legitimação científica da dominação fática que produz a imagem de sociedades idealizadas de um lado e de sociedades essencialmente corrompidas do outro. No segundo caso, uma tradição no geral mais sofisticada que a anterior, temos uma compreensão da inserção do Brasil em um esquema global maior, o do sistema capitalista mundial, mas esta inserção é percebida, quase que exclusivamente, apenas na sua dimensão econômica enquanto troca de mercadorias e fluxos de capitais. (SOUZA, 2015 Pág.143 e 144).

No Brasil essas classes contam ainda com um verdadeiro exército de mão de obra barata, sob a forma de empregadas domésticas, babás, faxineiras, porteiros, office boys,

motoboys etc., que permite poupar tempo para atividades bem-remuneradas e reconhecidas além de minorar, por exemplo, a luta de gênero nessas mesmas classes, “transformada” em luta de classes invisível. Chamar a atenção para problemas aparentes ou criar falsas oposições têm sempre o fim de nos cegar em relação a conflitos reais e mais importantes. A percepção de países periféricos dinâmicos como se os mesmos funcionassem como sociedades pré-modernas serve, antes de tudo, para encobrir relações de poder injustas e desiguais (SOUZA, 2015).

Mas no Brasil o superlucro é visto como “inteligência” e “esperteza” esquecendo-se que se há um “esperto” é por que há milhões de “tolos” e a corrupção é sempre estatal ou tem relação com o Estado. Uma ideia absurda ganhou o coração e a mente de todos indistintamente, independente de coloração política, e é hoje como uma espécie de “segunda pele” de todo brasileiro. Ela se presta antes de tudo, ao “sequestro da política” pelos donos do dinheiro. Em fases de crise, como agora, quando a “farofa é pouca e todo mundo quer o pirão primeiro”, então os mais ricos querem cortar os investimentos sociais e ficar com o Estado só para eles. O moralismo da classe média no Brasil sempre foi extremamente seletivo e antidemocrático ao mesmo tempo. Sua seletividade implica em ver o mal sempre “fora de si mesma”, e nunca na sua própria ação cotidiana de exploração de outras classes de quem a classe média rouba o tempo, a energia e qualquer possibilidade de redenção futura. O caráter antidemocrático que vemos nas manifestações recentes dos “coxinhas politizados” não tem nada de novo (SOUZA, 2015).

A maioria dos casos a classe média conservadora foi usada como massa de manobra para derrubar os governos de Vargas, Jango e agora Lula-Dilma e conferir o “apoio popular” e a consequente legitimidade para esses golpes sempre no interesse de meia dúzia de poderosos. A imprensa é fundamental neste processo, posto que é necessário “legitimar” o assalto ao princípio da soberania popular como única fonte que permite vincular legalidade e legitimidade do regime democrático e representativo. Como a soberania popular consagrada no voto é a única fonte de legitimidade do poder moderno em todas as suas dimensões, inclusive das regras consagradas constitucionalmente; a imprensa conservadora sempre teve que fazer estripulias de contorcionista chinês para deslegitimar a única fonte de todo o Direito e de toda vida democrática moderna.

Oliveira (2011) traz a teoria do subdesenvolvimento e mostra em seu trabalho a “Crítica à razão dualista o ornitorrinco” que não é uma teoria evolucionista. Baseia-se nas rupturas com a tríade tese-antítese-síntese e os interesses concretos das classes. O subdesenvolvimento não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mudo

primitivo até alcançar, através de sucessivos estágios, o pleno desenvolvimento. Tratou-se de uma singularidade histórica, a forma de desenvolvimento das ex-colônias transformadas em periferias cuja função era fornecer para a acumulação de capital no centro. Como singularidade e não como elo na cadeia do desenvolvimento, o subdesenvolvimento não era uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos.

O desafio encontrado no acesso ao planejamento urbano integrado, ou seja, de âmbitos nacional, territorial, regional e local, abrange a integração de políticas e programas nas esferas municipal, regional, estadual e federal. Logo, colocar a ordem cronológica do planejamento urbano brasileiro permite o entendimento da sua evolução conceitual e prática das conquistas e apoios legislativos e os problemas e desafios enfrentados, tendo em vista o desenvolvimento das cidades. O planejamento urbano é um processo que envolve também a gestão urbana que conta com o apoio dos Planos Diretores, que se tornaram importantes instrumentos da nova política urbana. Contudo, ainda fica clara a necessidade de renovar as práticas de planejamento, visando um desenvolvimento urbano sustentável e socialmente inclusivo, que ofereça habitação adequada, a mobilidade e transporte eficientes, resultando assim, em cidades mais justas para toda a sociedade. No Brasil a segregação urbana tem uma característica, combinada com nossa desigualdade em que o espantoso desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o subsequente enunciado: em que nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado ou compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias. A segregação urbana só pode ser entendida se for articulada explicitamente com a desigualdade. Essa explicitação se dá desvendando-se os vínculos específicos que articulam o espaço urbano segregado com a economia, a política e a ideologia, por meio das quais opera a dominação por meio dele.